

Resistência dos bancos a pressões políticas para conceder empréstimos

por Stephen Fidler
do Financial Times

A decisão tomada por três bancos norte-americanos de rebaixar a posição contábil dos empréstimos ao Brasil constitui o mais recente sinal de que os financiadores do mundo estão-se tornando cada vez mais resistentes à pressão política para forçá-los a fazer concessões aos devedores do Terceiro Mundo.

Os banqueiros norte-americanos disseram ontem que o rebaixamento contábil foi motivado principalmente pelo desejo de diminuir a incerteza sobre os lucros pouco antes da divulgação dos resultados do primeiro trimestre, e para ressaltar seus compromissos com o procedimento contábil prudente.

Mas a decisão também se destinou, segundo eles, a emitir uma mensagem ao Brasil que os bancos não serão alvos fáceis nas negociações para o reescalonamento de sua dívida neste ano.

Como fizeram ao México, as autoridades norte-americanas já manifestaram interesse direto no problema brasileiro. Paul Volcker, presidente do Federal Reserve, teria interferido na tentativa de forçar os bancos a adotar um tom mais conciliatório em relação ao governo brasileiro.

Não é a reclassificação da dívida brasileira em si, mas a época de sua divulgação que foi considerada mais significativa.

O Brasil suspendeu os pagamentos de juros sobre US\$ 68 bilhões de dívida de médio e longo prazos aos bancos em 20 de fevereiro deste ano.

Conforme o procedimento contábil norte-americano, os bancos não precisam lançar os empréstimos como "improdutivos" — significando que não podem incluir como lucro os juros destes empréstimos antes de receberem o pagamento do tomador — até que haja um atraso de noventa dias.

O passo antecipado foi considerado uma prova de que os bancos estão dispostos a enfrentar o Brasil agora e aceitar a redução nos lucros, ficando na situação de ter pouco a perder se as conversações com os brasileiros passarem por turbulências. As conversações começarão da-

qui a uma semana, em Nova York, entre o Brasil e seus principais bancos credores.

Entretanto, é no caso do México que as autoridades norte-americanas exerceram a maior pressão política sobre os bancos e são os bancos não norte-americanos que estão oferecendo mais resistência.

Muitos banqueiros afirmam que foram pressionados pelo governo norte-americano a aderir ao pacote, que prevê um novo financiamento de reescalonamento de US\$ 7,7 bilhões. Foi por esse motivo, segundo eles, que aceitaram o que muitos consideraram margem de juro preferencial, de 13/16% acima das taxas interbancárias de Londres.

O pacote prevê o fornecimento pelos bancos de novos recursos equivalentes a 12,9% de seu saldo credor junto ao México em agosto de 1982, quando o país desencadeou a crise de dívida do Terceiro Mundo ao declarar que não conseguia cumprir seus compromissos de dívida externa.

Os bancos britânicos afirmaram agora que não assinarão o acordo de reescalonamento até que haja comprometimento idêntico de outros bancos, especialmente os dos Estados Unidos. Outros bancos, inclusive a maioria dos financiadores canadenses, anunciaram a mesma posição.

Sua mensagem é de que o governo norte-americano, que pressionou pelo acordo, deve agora convencer os bancos norte-americanos a cumprirem o que fora previsto.

Mais de cem bancos norte-americanos prometeram até agora cerca de 82 a 83% da quantia exigida, apesar de que somente cerca de 70% firmaram o acordo até agora. Os bancos britânicos considerariam justo um comprometimento norte-americano de cerca de 90%.

O Citicorp, o banco norte-americano que lidera o comitê de assessoramento dos bancos credores do México, exortou os bancos britânicos a assinar o acordo, em um telex desta semana. Porém, em conversações realizadas na quarta-feira, os bancos britânicos decidiram não alterar sua posição: não assinarão o acordo, a não ser que haja igual comprometimento de outros.